

## ENTRE O MEDO E A CURA: DISCURSOS SOBRE A TRANSEXUALIDADE NA DÉCADA DE 1970

Rafaela Costa de Azevedo <sup>1</sup>  
Michelly Pereira de Sousa Cordão <sup>2</sup>

### RESUMO

Durante o século XX se destaca uma efetiva movimentação científica no sentido de elaborar conjecturas acerca da sexualidade humana. Sabendo do papel fundamental da mídia na construção das ideias e concepções sociais sobre determinados assuntos de interesse público, por vezes polêmicos, interessamos analisar a maneira como, na década de 1970, os periódicos Diário de Pernambuco (PE), Folha de São Paulo (SP) e Jornal do Brasil (RJ) abordaram as discussões acerca da transexualidade, em consonância com os discursos médicos da época. Destarte, foram consideradas as possibilidades e implicações acometidas pela construção midiática de uma representação social referente à transexualidade, ora compreensiva, ora receosa e amedrontadora, ficando perceptível nestes discursos a ênfase nas cirurgias de transgenitalização como cura e única possibilidade de inclusão social para as pessoas transexuais.

**Palavras-chave:** Transexualidade, transgenitalização, imprensa.

### INTRODUÇÃO

No século XX, as pesquisas sobre o comportamento sexual masculino e feminino estavam baseadas, especialmente, no contexto da população americana, e foram realizadas pelo biólogo Alfred Kinsey. Seus relatórios objetivavam analisar o que se passava em uma área particular da atividade social, mas foram responsáveis pelo início de debates e novas investigações sobre a temática. As categorias sexuais formuladas a partir dos estudos científicos realizados entre os séculos XIX e XX, demonstram a tentativa de organização e sistematização de novas formas de ver a sexualidade e as relações de gênero.

O conceito da transexualidade, por sua vez, foi desenvolvido como patologia nos Estados Unidos da América, após a Segunda Guerra Mundial. Artigos científicos que representavam os transexuais enquanto categoria distinta começaram a ser publicados na década de 1950, em defesa da especificidade dos transexuais e a sua diferenciação dos homossexuais e travestis. Nesse processo, Christine Jorgensen, em 1954, aparece como importante personagem histórico.

A forma como a história de Jorgensen foi tratada pela mídia colocou-a como um padrão para os candidatos à cirurgia de redesignação sexual, dando início à formação de uma identidade transexual. Descrevia a si mesma como “uma mulher presa em um corpo de

<sup>1</sup> Graduada em História pela UFRN. Mestranda em História pelo PPGH-UFCG, [kaleafar@outlook.com](mailto:kaleafar@outlook.com);

<sup>2</sup> Graduada e Mestre em História pela PPGH-UFCG. Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFCG, [michellycordao@gmail.com](mailto:michellycordao@gmail.com).

homem”, reconstruída após passar pelos procedimentos cirúrgicos. O perquisador Leite Jr. (2008) aponta:

Aproveitando-se da fama, Christine tentou nos anos seguintes guiar o melhor possível a maneira com que a mídia a abordava, tentando não apenas ser protagonista, mas também diretora de sua própria vida espetacularizada. Desta maneira, escolhia cuidadosamente suas palavras em entrevistas, sabia dar respostas diretas e deixar dúvidas no ar quando lhe convinha, escreveu uma autobiografia e criou um espetáculo teatral no qual narrava e dramatizava sua história, baseando-se sempre em justificativas biológicas e hormonais sobre sua condição (LEITE JR., 2008, p. 137).

A partir desse caso, o discurso médico acerca da transexualidade passou a considerar as características em comum entre os transexuais, os quais passam a servir como referência para estabelecer o diagnóstico do “verdadeiro transexual”. Ao saberem sobre o caso de Christine Jorgensen, pessoas de diversas partes do mundo podem ter se identificado enquanto pertencentes ao gênero oposto daquele com que nasceram.

Os casos que envolveram a “troca de sexo” divulgados em diferentes países – Dinamarca, Estados Unidos e Grã-Bretanha, por exemplo –, provocaram a reação de conservadores, que os consideravam uma “conspiração internacional para acabar com a masculinidade” (LEITE JR., 2008, p. 138). De acordo com Leite Jr., diferentes âmbitos sociais se posicionaram sobre o assunto, ora contra, ora a favor, refletindo a perturbação gerada pela temática frente à naturalização dos sexos e gêneros. O médico Harry Benjamin desponta nesse contexto.

Quando convocado para debater o caso de Christine Jorgensen, Benjamin já havia acumulado grande experiência no trato com pessoas transexuais. Em 1953, publicou o artigo “Travestismo e transexualismo” (BENTO, 2006, p. 40). Nesse texto, o médico discorre sobre o sujeito “transexual” e o “transexualismo”, acompanhando a tradição desde o século XIX de nomear “distúrbios”, “problemas” ou “doenças” relacionados à sexualidade com o sufixo “ismo”, e dando início ao processo de popularização científica e cotidiana desses novos termos.

Harry Benjamin enumerou as características que considerava definidoras da pessoa transexual, e que por muitos anos foram vistas como padrão científico para o reconhecimento do “verdadeiro transexual”. São elas: a insistência em se considerar uma “mulher em corpo de homem” (ou uma “alma feminina em corpo masculino”), o repúdio e ódio aos órgãos genitais, a urgente necessidade de adequar o corpo ao sexo que considera ser o correto, e um sentimento de angústia ou infelicidade quanto à sua condição (LEITE JR., 2008, p. 142).

Em 1966, Benjamin lançou *O fenômeno transexual*, no qual ele organiza suas teorias sobre o assunto, e lança as bases para a padronização do diagnóstico e tratamento destinado às pessoas transexuais. Nesse texto, o autor afirmava que o “sexo” é mais aplicável onde há o

envolvimento da sexualidade, da libido e da atividade sexual; enquanto “gênero” é o lado não sexual do sexo. Também defendia que o “verdadeiro” sexo da pessoa é definido pelos cromossomos sexuais, os quais designam o sexo genético, dando origem ao sexo e ao gênero. Seguindo a tradição dos estudos de sexologia, Benjamin reforçou o caráter patológico das manifestações sexuais “anormais” em oposição à tendência de vê-las como crime ou pecado.

Vale salientar que, a maioria dos estudos da época acerca da temática não faz muitas referências aos casos de mulheres que se percebiam como homens, por serem casos com menor incidência. A transexualidade em geral era atribuída a algum fator orgânico, principalmente genético e endócrino ainda não bem esclarecido. Mesmo assim, Benjamin apresentava as pessoas transexuais como fisiologicamente “normais”, as quais não deviam ser confundidas com nenhum tipo de “hermafroditismo”.

Com o avanço das discussões e a lenta melhoria das práticas cirúrgicas, a pessoa transexual passou a ser “adaptada” às normas de gênero do período; caso fosse convincente – segundo os padrões da equipe clínica pela qual estaria sob responsabilidade – recebia a autorização legítima e legal para realizar os procedimentos cirúrgicos. Essa forma de autorização, submetida ao crivo ideológico e burocrático da ciência médica, expressava uma suposta “inclusão social” no campo das mulheres ou homens “de verdade”, embora representasse muito mais uma idealização do que um acontecimento prático. No Brasil, o sujeito deveria passar pelo acompanhamento clínico e terapêutico de uma equipe multidisciplinar por pelo menos dois anos, segundo as normas do Conselho Federal de Medicina.

Embora Leite Jr. (2008, p. 202) afirme que, no Brasil, “a temática da transição entre os gêneros, dissociada de sua associação com a criminalidade ou com a prostituição, e discutida pelos meios de comunicação de massas” só tenha sido realizada a partir da década de 1980 com o “fenômeno Roberta Close”, ainda nos anos 1970 são discutidos alguns aspectos científicos ligados a transexualidade, principalmente com referência ao julgamento do médico Roberto Farina.

Após esta breve introdução acerca dos debates sobre a transexualidade, sabendo do papel fundamental da mídia na construção das ideias e concepções sociais sobre determinados assuntos de interesse público, por vezes polêmicos, interessa-nos, nesse artigo, analisar a maneira como os periódicos Diário de Pernambuco (PE), Folha de São Paulo (SP) e Jornal do Brasil (RJ), abordaram a temática durante a década de 1970, tendo em vista que:

[a mídia] se funda num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade – que, além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos sócio-afetivos e familiares, à sexualidade e às relações de poder. É através do conceito de heteronormatividade que entendemos estarem fundados os valores-notícia responsáveis pela produção de discursos e sentidos sobre comportamentos, indivíduos e grupos na sociedade pela mídia (DARDE, 2008).

## **TRANSEXUALIDADE EM PAUTA: ENTRE O MEDO E A CURA**

Apesar da sólida divisão hierárquica, social e culturalmente estabelecida entre homens e mulheres, as práticas referentes ao gênero e à sexualidade são permeadas por contradições. No Brasil, os conceitos de macho/masculinidade e fêmea/feminilidade estavam rigorosamente baseados na construção de significados sexuais; segundo Parker (1991), as diferenças anatômicas foram transformadas em noções culturais de gênero, moldando o corpo e suas práticas. Durante muito tempo, o desejo de que esse assunto não adentrasse entre os problemas da vida em sociedade limitou o tema “sexo” ao campo das ciências biomédicas.

Em 1972, a coluna assinada por Zózimo Barrozo do Amaral no *Jornal do Brasil* (RJ) publicou a manchete “Os Estados Unidos mudam o sexo”. No pequeno texto, é afirmado que os Estados Unidos já realizavam, há seis anos, cirurgias de “transformação de sexo”, com mais de 500 procedimentos realizados e 20 mil pessoas na fila de espera. As cirurgias eram realizadas com o objetivo de trazer “contentamento e paz de espírito para pessoas cujas vidas anteriormente estavam marcadas pelo desespero, depressão e isolamento” (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3). Todavia, os números chamam atenção, pois nesse período a temática ainda não era amplamente discutida, além de estar envolta em polêmicas.

Segundo o jornal, o paciente só seria submetido à cirurgia após o diagnóstico como transexual – “aparência física de um determinado sexo, porém com a psique do outro” (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3) –, quando os tratamentos “normais”, uso de medicamentos e/ou psicoterapia, não conseguiam atingir resultados eficazes. Diferente de travestis e homossexuais, o transexual aparece como alguém que repudia seu sexo biológico. Destarte, durante as primeiras incursões científicas sobre o tema, as cirurgias eram apresentadas como último recurso, tendo em vista que o primeiro passo era a utilização de métodos com o objetivo de “combinar” a mente ao corpo.

Este pensamento parece ter tido menor ênfase durante a década de 1970, quando os médicos já apontavam as cirurgias como única solução. O procedimento de “diagnostico” era realizado de forma lenta e cautelosa, para evitar qualquer equívoco. Ao passar pelos procedimentos cirúrgicos, os pacientes deveriam tomar regularmente os hormônios

equivalentes ao sexo para o qual mudaram, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das características físicas específicas.

O crescimento do número de pessoas que se identificavam como transexuais, provavelmente pela propagação dos casos bem-sucedidos, parece ter provocado ações para contê-los. Isso é exemplificado no interesse em criar um método que conseguisse diagnosticar crianças propensas a se identificarem com um gênero diferente do que os seus órgãos genitais indicavam.

A incidência da doença – se é que se pode assim chamar – está crescendo de tal maneira que, num esforço para evitar a cirurgia, alguns centros médicos estão tentando identificar crianças que possam estar a caminho do transexualismo. Através da psicoterapia, tentam modificar essa identificação sexual errônea, antes que seja tarde demais (JB, Caderno B, 01/12/72, p. 3).

A cura aparece enquanto busca primordial para o campo médico. “A transexualidade é curável”, noticia o mesmo jornal dois anos depois. O texto apresenta a transexualidade como uma “doença ainda desconhecida do público em geral e mesmo de um bom número de médicos”, sendo o tema mais notável do XI Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica. Uma mesa-redonda, presidida pelo médico e professor suíço Rudolph Mayer, teria concluído que a única cura para tal seria a realização dos procedimentos cirúrgicos.

Também foi abordado as consequências que a realização destas cirurgias acarretaria na vida desses indivíduos. Tendo em vista que o transexual, após as cirurgias, precisaria de uma nova documentação, gerando inúmeras dificuldades. As polêmicas que envolvem a temática são colocadas como limítrofes para os avanços do conhecimento científico, principalmente quando relacionado à sexualidade humana.

– Os preconceitos, a superstição e a desinformação médica pura e simples – responde o cirurgião plástico Augusto César Teixeira, carioca de 32 anos, presente ao Congresso – foram os principais entraves para impedir que essa anomalia fosse clinicamente indetificada [sic]. (JB, Caderno B, 08/06/74, p. 9)

Contudo, o ano de 1975 parece ter sido o período no qual a temática ganhou maior visibilidade no Brasil, ocupando um pouco mais de espaço entre as manchetes jornalísticas. Em março de 1975, a temática foi debatida na coluna “Comportamento” do *Jornal do Brasil*, escrita por Mary Ventura. Dessa vez, o texto faz referência à divulgação do programa do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE), localizado no Rio de Janeiro.

A equipe de médicos, chefiada por José Sherman, buscava estabelecer um diagnóstico “absoluto e preciso” para os pacientes transexuais, durante o período mínimo de dois anos, e “solucionar o problema” através das cirurgias. O texto evidencia que, antes restrito ao ambiente hospitalar, a notícia acerca do programa começava a ser efetivamente divulgada. A equipe

realizava os atendimentos de forma gratuita, em concordância com os “moldes das clínicas norte-americanas do Hospital John Hopkins e da Universidade de Stanford” (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10), referências importantes na realização de cirurgias em pessoas transexuais.

O trabalho da equipe era dividido em duas fases: 1. o estudo psíquico do paciente, o qual era examinado, fichado e entrevistado, com o objetivo de afastar “psicopatas e homossexuais<sup>3</sup>”; 2. a fase laboratorial, para identificar doenças glandulares. Com o parecer psiquiátrico e a identificação de um quadro laboratorial normal, os procedimentos continuariam para aqueles que receberam indicação para realização da cirurgia.

Após esses primeiros procedimentos, o paciente deveria começar a se adaptar socialmente, enquanto seria feita a aplicação dos hormônios e o acompanhamento psicológico, ambos continuamente. Era estimulado ao travestimento e a execução de profissões geralmente desempenhadas pelo gênero com o qual se identificavam, até que conseguissem se inserir completamente no meio social, após a mudança sexual.

A apresentação pública do programa teve em vista desfazer algumas das noções pré-concebidas pelos que desconhecem o tema, com a realização de um simpósio reunindo psiquiatras, psicólogos, antropólogos, psicanalistas, cirurgiões, juristas, religiosos e representantes da ética médica. O debate entre esses especialistas deveria formular uma linha de conduta que levasse as pessoas transexuais a “reencontrar com seu verdadeiro ego e com a sociedade” (JB, Caderno B, 02/03/75, p. 10), algo que a psiquiatria não havia conseguido alcançar.

O Brasil é indicado entre os dez primeiros países do mundo que estudavam a “disforia de gênero”. Essa “disforia<sup>4</sup>” é conceituada por Sherman como “a insatisfação, a infelicidade com o seu sexo biológico”, que ocasiona condições para três tipos de “desvios” que vão sendo delineados no decorrer do texto: “o homossexualismo, o travestismo e o transexualismo”. A maioria dos textos sobre a temática se preocupam em diferenciar os três, atentando para o fato de apenas no caso dos transexuais a solução ser cirúrgica.

A ideia defendida pelo chefe da equipe, José Sherman, refere-se à possibilidade de haver a ação de hormônios na fase final do período gestacional, que favoreceriam o desenvolvimento dessas disforias, alterando a diferenciação sexual cerebral, juntamente com determinadas

---

<sup>3</sup>O jornal relata que, segundo a literatura médica, inúmeros homossexuais cometeram suicídio após passar pelas cirurgias e depois se desesperarem, pois, precisavam de seus órgãos genitais anteriores para conseguirem sentir prazer sexual.

<sup>4</sup>O termo “disforia” representa a forma como os médicos encaravam a transexualidade na época. A palavra vem do grego *dysphoria*, e denota mal-estar; assim, tem-se na produção desse verbete uma concepção que remete a um estado repentino de mudança de ânimo, caracterizado pela angústia, pela tristeza, pela melancolia, pelo sofrimento.

condições ambientais desfavoráveis – desestrutura familiar, por exemplo. No caso dos transexuais, afirma-se que sua predileção, espontaneamente, começaria a ser perceptível a partir dos quatro anos de idade, se intensificando durante a adolescência. Destarte, ainda na infância, transexuais passariam a procurar coisas que são peculiares ao outro sexo, sem que a família tivesse qualquer controle sobre isso.

Outro aspecto relatado no texto do *Jornal do Brasil* (Caderno B, 02/03/75, p. 10) coloca como interesse primordial da pessoa transexual ser inserido no meio social a partir do gênero com o qual se identifica. É necessário, antes de prosseguir, pensar sobre a utilização dos conceitos de “sexo” e “gênero” no contexto aqui trabalhado. De acordo com Weeks (2001), foi a partir dos dois últimos séculos que o termo sexo assumiu o sentido de características biológicas, inatas e imutáveis, que diferenciam homens e mulheres. Essa concepção essencialista foi vinculada a uma abordagem médica, científica, identificando o que seria considerado enquanto patologia.

O conceito de gênero, por sua vez, aparece na segunda metade do século XX, no campo da medicina, em meio aos casos de crianças intersex<sup>5</sup>. Essa concepção entende que existem duas categorias distintas: o sexo – natural, biológico, marcado por fatores endógenos – e o gênero – cultural, social, marcado por fatores exógenos. Destarte, o gênero, construção cultural do sexo, se relaciona diretamente com ele, podendo o sujeito se comportar como homem ou mulher. Todos os comportamentos que não correspondem ao sexo biológico do indivíduo são percebidos enquanto anormalidade que deve ser corrigida.

Voltando às publicações jornalísticas, o *Diário de Pernambuco*, em dezembro de 1975, publicou em seu primeiro caderno um artigo com o título “Mudança de sexo, luta de milhares de homens”. O tema desse pequeno texto é centrado nos processos cirúrgicos para mudança de sexo que estavam sendo realizados no Chile, enquanto país onde os métodos cirúrgicos com relação ao “transexualismo” estariam passando por avanços significativos, à frente dos outros países que compõem a América Latina.

A ideia trazida pelo jornal citado enfatiza as cirurgias para mudança de sexo e os avanços da medicina nessa área colocando-os, implicitamente, como uma espécie de corrida científica. Provavelmente, o objetivo seria camuflar a polêmica social gerada pelo crescente

---

<sup>5</sup>“Os médicos, preocupados com o tratamento hormonal e cirúrgico desses bebês que nasceram com características dos dois sexos biológicos, passam a buscar qual é o ‘verdadeiro sexo’ de cada criança. Após identificarem esse ‘bom sexo’, realizavam intervenções cirúrgicas nos seus corpos, atribuindo a eles o sexo escolhido pela equipe médica como sendo o preponderante. Consequentemente, essas crianças, que nasceram com características biológicas de ambos os sexos, passam a ser tratadas conforme o sexo escolhido, sendo-lhes esperado que apresentem comportamentos adequados a ele” (RIOS & RESADORI, 2017, p. 297)

debate em torno da transexualidade. Nesse sentido, o editorial ainda cita rapidamente a pouca influência que esse “avanço científico” exerceu frente a tradicional cautela com os ideais da “moral cristã”. Buscando amenizar o conflito entre as duas perspectivas, o cidadão comum teria encarado o assunto como “algo curioso” e anormal (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/75, p. 2).

Esse texto se trata de uns dos pouquíssimos no qual o *Diário de Pernambuco* se propôs a discutir a temática, mesmo que minimamente. A maioria das suas notícias que abordaram como tema principal casos de pessoas trans estão diretamente relacionadas ao processo que foi movido contra o cirurgião plástico Roberto Farina. Embora houvesse, pelo menos, mais duas equipes de médicos pesquisadores e atuantes no processo de “reversão sexual”, Farina parece ter sido o único publicamente responsabilizado pelas cirurgias de transgenitalização realizadas no país. O mesmo foi processado em 1976, tendo o nome estampado em inúmeras manchetes por todo o país.

## **ROBERTO FARINA, O CIRURGIÃO DOS TRANSEXUAIS**

A maioria das menções à transexualidade nos jornais brasileiros, durante a década de 1970, estão focadas no processo contra o cirurgião plástico Roberto Farina, responsável por realizar as primeiras operações para mudança de sexo no Brasil, cujos resultados foram publicados em 1975 com o título “Transexualismo: do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias”. O médico recebeu um pedido de instauração de inquérito, acusado de “lesões corporais dolosas”.

O denominado Caso Farina foi noticiado pela primeira vez no jornal *Folha de São Paulo*, em dezembro de 1975. A manchete destaca “Reversão sexual: o cirurgião rebate acusações”, demonstrando o interesse da mídia em acompanhar o julgamento. De acordo com Farina, o promotor responsável pelo inquérito estaria agindo de maneira impensada, além de desconhecer o assunto e ser injusto em sua acusação. O “problema do transexual” aparece como algo humanitário e sério, que não deve ser analisado de forma superficial.

Farina afirma que a equipe envolvida nas cirurgias estava habilitada para fazer os procedimentos cirúrgicos da melhor maneira, sendo formada por professores universitários que já estudavam o tema no Brasil e na América do Sul há alguns anos.

Somente depois que essa equipe estuda e analisa o comportamento do transexual, seja do ponto de vista genético, endocrinológico, psiquiátrico e psicológico – e muitas vezes até por dois anos – é que então entro com a técnica operatória, e não aqui na minha clínica mas num hospital universitário. Financeiramente, não ganho nada; mas como pesquisador, sim. (FSP, 6/12/1975, p. 14)



De acordo com o cirurgião plástico, as cirurgias começaram a ser realizadas no Brasil a partir de 1971, mediante a capacitação de toda a equipe envolvida; antes disso, os pacientes devidamente diagnosticados eram encaminhados para outros países. As cirurgias realizadas nos corpos anatomicamente masculinos levavam cerca de três horas, enquanto nos corpos femininos se estendiam durante seis ou oito meses, totalizando sete procedimentos cirúrgicos.

Quando questionado sobre o seu processo estar inserido no artigo 129, correspondente a lesões corporais graves, Farina baseia sua defesa na inutilização dos órgãos genitais. O promotor que estava movendo a acusação afirmou que a realização dessas cirurgias cria “eunucos estilizados que assim melhor se aprazem em suas lastimáveis perversões sexuais” (Ibidem, p. 14). A quem Farina rebate:

Segundo sei, por lesões graves se entende quando se retira um órgão útil para o organismo. O que retiramos do transexual é um órgão que não funciona. Como tirar um dedo de uma pessoa que tem seis em uma só mão. [...] no transexual, o órgão genital é inútil, não é um centro erógeno de prazer, ao contrário do homossexual. (Ibidem, p. 14)

Quando aborda o assunto, o texto publicado no *Diário de Pernambuco* (15/11/77, p. A-1) faz referência aos procedimentos cirúrgicos ocorridos no Brasil, destacando as cirurgias encabeçadas por esse cirurgião plástico, e o processo judicial em andamento. A notícia aponta Farina como responsável por realizar onze cirurgias entre anos 1970 e 1975, sendo nove em “transexuais masculinos” e apenas duas em “transexuais femininos”.

A manchete “Mudança de sexo no Brasil só daqui a um ano” faz referência ao processo judicial pelo qual Farina está sendo acusado, colocando-o como única alternativa para quem deseja passar pelas “cirurgias de transexualismo”. Em sua defesa, é citado o nome do médico Afiz Sadi, então Diretor do Serviço de Urologia da Escola Paulista de Medicina, que argumenta acerca da existência do “quarto sexo<sup>6</sup>”.

Sua continuação direciona o texto para a realização do XVI Congresso Brasileiro de Urologia, ocorrido em Porto Alegre no período da notícia. O editorial demonstra ter tido contato com o resumo do trabalho enviado pelo médico Roberto Farina, onde este afirma a importância do laudo psiquiátrico, sem o qual os pacientes transexuais não poderiam ser submetidos aos processos cirúrgicos. Todavia, o médico garante que, no caso dos “transexuais verdadeiros” ou “primários”, por não cogitarem a possibilidade de mudar o sexo psicológico, a única solução é a realização das cirurgias.

---

<sup>6</sup>De acordo com o editorial, referenciando Sadi, os quatro sexos seriam “o homem, a mulher, o homossexual e o transexual”, sendo esse último representado por homens com o pênis atrofiado e sexo psicológico feminino. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/77, p. A-1).

Não resta a menor dúvida – diz ainda o dr. Farina no resumo enviado ao Congresso – que, para os transexuais verdadeiros ou primários, o único tratamento plausível é o cirúrgico (conversão sexual). Aliás, os psiquiatras, familiarizados com esses casos, sabem e afirmam que o equacionamento da mente ao corpo é mera utopia e a única trilha a ser seguida é cirurgia do reajustamento sexual. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/11/77, p. A-16)

Rapidamente o teor do texto muda, abordando alguns problemas relacionados ao transplante de rins, e o crescimento no número de portadores de sífilis no país. Como já demonstrado em publicação anterior (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/12/75, p. 2), a transexualidade é pautada apenas em relação aos avanços científicos na busca por uma cura definitiva para o “problema”. Nesse sentido, é colocado mais uma vez como, desde a mais tenra idade, as crianças acometidas por esse “mal” buscam se integrar no universo do gênero oposto ao que lhe foi biologicamente atribuído.

O jornal *Folha de São Paulo* (05/10/77, p. 16) retorna ao assunto, noticiando o encerramento da defesa de Roberto Farina. A ação penal movida pela Procuradoria geral da Justiça enfatiza que as cirurgias de “reversão sexual” possibilitam situações favoráveis para que os transformados em “eunucos” possam realizar “uniões matrimoniais espúrias”. Uma das testemunhas, o médico Sérgio José Fernandes de Carvalho, argumentou que, embora o transexual não seja um “doente mental”, poderia ser levado a esse estado psíquico pela não resolução do seu problema.

O transexual – prosseguiu – já nasce com essa antinomia entre corpo e mente, de tal sorte que, não sendo homossexual, rejeita a sua conformação anatômica aparente, procurando a auto-castração, macerando seus órgãos genitais e podendo chegar ao suicídio, em virtude da angústia e depressão brutal provocada por esse estado de coisas. A situação só pode ser resolvida através da cirurgia, dada a nenhuma eficácia de tratamento psicoterápico, psiquiátrico ou psi-analítico (FSP, 05/10/77, p. 16).

O testemunho do urologista Afiz Sadi é o primeiro, entre as manchetes analisadas, que cita o nome de Valdir Nogueira<sup>7</sup>. O médico se coloca como responsável por ter autorizado a realização da cirurgia, juntamente com o apoio de psiquiatras, legistas, endocrinologistas, um geneticista e outros especialistas no assunto. Todos com a certeza de que a situação em questão se tratava de um caso concreto de “transexualismo”. Como o depoimento anterior, foi enfatizado o papel psíquico em casos como esse, que podem levar o paciente ao suicídio quando não resolvido.

Nesse mesmo mês, o assunto volta a ser noticiado no jornal *Diário de Pernambuco*, com a manchete “Médico mineiro justifica operação para mudar de sexo”. Dessa vez, o evento que

---

<sup>7</sup>Valdir Nogueira é o nome pelo qual a transexual Waldirene Nogueira foi registrada ao nascer, e que passou pela cirurgia de redesignação sexual em 1971.

serve de plano de fundo para que a temática volte as páginas do jornal foi o Congresso Médico da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. O texto traz a justificativa do médico para a realização das cirurgias, segundo o qual

é preferível contrariar as características do sexo genético, genótipo ou gonadal e ter um indivíduo equilibrado e útil à sociedade – sem acarretar ônus para a família e o Estado – do que ter um indivíduo desajustado com predominâncias características sexuais orgânicas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23/09/78, p. A-16)

A presença da imprensa foi vetada durante a conferência, o que não impediu que a palestra de Roberto Farina fosse gravada à distância. A partir disso, o texto da notícia é inteiramente pautado na fala dele durante a Conferência sobre “estudos e tratamento do transexualismo”. A fala de Farina é semelhante ao exposto na obra de Harry Benjamin, dividindo o sexo entre características psicológicas e orgânicas. Sendo a “discordância entre as características orgânicas e as características psicológicas de um indivíduo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23/09/78, p. A-16), responsável por ocasionar os casos de homossexualidade e transexualidade. Por ser mais comum, as referências presentes no texto são às mudanças do sexo masculino para o feminino.

Ao abordar a diferenciação entre homossexuais e transexuais, por exemplo, as diferenças são colocadas em relação as atitudes, a maneira de se vestir e o interesse em realizar as cirurgias para “mudança de sexo”. “O transexual tem um comportamento tranquilo, não é afeminado e é essencialmente feminino. Tem repulsa ao pênis e o vê como um erro da natureza, pois acredita que possui alma feminina num corpo masculino” (Ibidem, p. A-16).

A notícia também aborda o diagnóstico dos transexuais, realizado a partir do exame clínico analítico-laboratorial, no qual o paciente é analisado por psicólogos e psiquiatras, além de testes de dosagem hormonal do hipotálamo (no cérebro). Também é mencionado que, de acordo com Farina, a transexualidade começa a ser demonstrada ainda nos primeiros anos de vida. Aspectos que, de maneira geral, foram apontados na maioria dos jornais que abordaram o assunto, demonstrando um certo consenso entre os médicos pesquisadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos hoje, a sentença foi proferida em setembro de 1978, julgando a ação como procedente e condenando Farina a cumprir pena privativa de liberdade, durante dois anos de reclusão. A partir dessa sentença, percebemos a desconsideração dos juizes e promotores frente ao saber médico acerca da transexualidade. Consideramos, também, as possibilidades e implicações acometidas pela construção midiática da representação social referente à transexualidade, ora compreensiva ora receosa e amedrontadora. Afinal, a mídia possui um

papel expressivo para a construção e manutenção dos discursos vigentes na sociedade; seu conteúdo pode abrir espaço para o reconhecimento da diversidade ou contribuir para a naturalização dos padrões sociais.

No atual momento histórico brasileiro, em que discursos de ódio ganham espaço e são potencializados por concepções conservadoras e práticas de intolerância às diferenças, é necessário que repensemos a atualidade e a maneira como a sociedade ainda encara pessoas transexuais. O que vemos explícito nos periódicos é a reprodução do discurso médico vigente, na busca por inserir as pessoas transexuais na sociedade, a partir do enquadramento desses nos padrões de gênero socialmente aceito. Hoje percebemos, em virtude do grande número de violências motivadas por transfobia, que o resultado almejado pela ciência da época não foi alcançado. Ser transexual no Brasil é lutar constantemente por sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência sexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006
- DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. In: **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 2008. V. 14, n. 2, p. 223-234
- LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008
- PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991
- RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Direitos fundamentais, transexualidade e as compreensões de sexo e gênero. In.: UZIEL, Anna Paula; GUILHON, Flávio (Orgs). **Transdiversidades**: práticas e diálogos em trânsito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, pp. 295-314
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In.: **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (org.); Tomaz Tadeu da Silva (trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 35-82